

## COENSINO, ENSINO COLABORATIVO E DOCÊNCIA COMPARTILHADA NA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.

*CO-TEACHING, COLLABORATIVE TEACHING AND SHARED TEACHING IN THE INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISTIC SPECTRUM DISORDER: A SYSTEMATIC REVIEW*


*Kelly Maria Lopes Ribeiro Gomes<sup>1</sup>  
Ana Aparecida de Oliveira Machado Barby<sup>2</sup>*

**RESUMO:** as condições de escolarização dos alunos no transtorno do espectro do autismo (TEA) inseridos no ensino regular, sobretudo, o atendimento em sala de aula, tem desafiado os profissionais da educação. O presente estudo, teve como objetivo verificar o que dizem os artigos brasileiros sobre o papel do coensino, ensino colaborativo e docência compartilhada como uma estratégia de prática inclusiva para os alunos com (TEA). Neste intuito, foi proposta uma revisão sistemática integrativa realizada nas plataformas CAPES e SCIELO, a partir do cruzamento dos descritores coensino, ensino colaborativo e docência compartilhada com os termos autismo e TEA. Os resultados mostram que os artigos sobre a temática desenvolvidos com a participação de alunos do ensino fundamental ainda são recentes e pouco numeroso. No entanto, os autores revelam a importância das trocas entre os professores especialistas e disciplinares de forma colaborativa na perspectiva da docência compartilhada no ensino dos alunos com TEA. Conclui-se que é necessário aprofundar os estudos sobre o ensino colaborativo com vistas a edificar escolas inclusivas aptas a oferecer, os procedimentos de ensino, estratégias e suportes necessários para atender a diversidade escolar.

**Palavras-chave:** Coensino e ensino colaborativo. Docência Compartilhada. Transtorno do Espectro do Autismo.

**ABSTRACT:** the conditions of schooling of students with autism spectrum disorder (ASD) inserted in regular education, especially in the classroom, has challenged education professionals. The present study aimed to verify what Brazilian articles say about the role of co-teaching, collaborative teaching, and shared teaching as an inclusive practice strategy for students (TEA). To this end, a systematic review was proposed, carried out on the CAPES and SCIELO platforms, from the intersection of the descriptors co-teaching, collaborative teaching, and shared teaching with the terms autism and ASD. The results show that the articles on the subject developed with the participation of elementary school students are still recent and few in number. However, the authors reveal the importance of exchanges between specialist and disciplinary teachers in a collaborative way from the perspective of shared teaching in the teaching of ASD students. It is concluded that it is necessary to deepen the

<sup>1</sup> Kelly Maria Lopes Ribeiro Gomes. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0951753774582054>;  <https://orcid.org/0000-0002-7760-3219>; email: [kelly@singular.com.br](mailto:kelly@singular.com.br); Graduação em Pedagogia, Mestrado em Educação, Supervisora em Análise do Comportamento Aplicada.

<sup>2</sup> Ana Aparecida de Oliveira Machado Barby. Lattes: 7539915206597581;  <https://orcid.org/0000-0002-4481-2276>; email: [anambarby@hotmail.com](mailto:anambarby@hotmail.com); Graduação em Pedagogia, Mestrado e Doutorado em Educação pela UFPR, professora do Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste.

<https://doi.org/10.36311/2236-5192.2022.v23n1.p287>

studies on collaborative teaching with a view to building inclusive schools able to offer the teaching procedures, strategies and supports necessary to meet school diversity.

**Keywords:** co-teaching and collaborative teaching. Shared Teaching. Autism Spectrum Disorder.

## INTRODUÇÃO

O autismo é atualmente uma das condições do neurodesenvolvimento mais relevantes e amplamente discutidas, sendo estudado em diferentes perspectivas com a finalidade de se compreender melhor suas características e peculiaridades. Tal situação provocou sucessivas e constantes reformulações nos critérios de diagnóstico, repercutindo na prática da inclusão escolar. Nesse sentido, foi possível observar que desde meados do século XX, o termo autismo vem sendo empregado para designar diferentes formas de alterações na comunicação social e nos comportamentos. Na tentativa de abarcar a diversidade de sinais característicos atualmente essa condição é denominada de Transtorno do Espectro Autista (TEA), (DSM-5, 2013, OMS, 2015).

Estudos realizados em diferentes áreas do conhecimento mostram que o autismo foi se estabelecendo como 'Espectro' por envolver atrasos na cognição social, comunicação peculiar, presença de comportamentos repetitivos e interesses restritos, em combinações únicas com diferentes níveis de gravidade, (APA, 2013). A partir desse entendimento, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª edição - DSM-5 (2013), propõe a classificação das faixas de apoio conjuntamente com as características diagnósticas, argumentando que as pessoas com TEA podem precisar de ao menos 3 níveis diferentes de apoio, descritos como: (N1) exige apoio, (N2) exige apoio substancial e (N3) exige apoio muito substancial.

A busca por melhores formas de identificar, definir e avaliar a pessoa com TEA emerge da necessidade de planejar o percurso inclusivo na escola regular, oferecendo procedimentos de ensino, estratégias pedagógicas e materiais adaptados, além de suporte físico e humano, flexibilização de conteúdos e objetivos de aprendizagem, reconhecendo as formas singulares de aprender como dispositivos de ações inclusivas.

A escolarização da pessoa com TEA, no Brasil, está garantida por leis, diretrizes, decretos, orientações e instruções que regulamentam e incentivam o avanço da Educação Inclusiva (EI) e do Atendimento Educacional Especializado (AEE). A Lei 12.764/12 (BRASIL, 2012), que instituiu a Política Nacional dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, tal como o DSM-V, considera a faixa de apoio como referência para propor ações que garantam ao aluno com TEA acesso ao serviço de AEE.

O AEE para os alunos com TEA incluídos em classes regulares no Ensino Fundamental, prevê a presença de professores especialistas, que são professores com especialização em Educação Especial ou especialização em Atendimento Educacional Especializado para atuarem como mediadores do processo ensino-aprendizagem

oferecendo apoio conforme as necessidades de cada aluno. Dessa forma o professor especialista atua em conjunto com os professores regentes ou disciplinares, esses professores são aqueles graduados em uma ou mais disciplinas, porém, não são especializados em Educação Especial em um sistema de colaboração.

Os termos mais utilizados nas pesquisas para definir essa área de atuação no AEE são co-ensino e ensino colaborativo. Neste contexto, os termos “colaboração” e “cooperação”, têm uma dimensão relacionada as ajudas recíprocas, como sinônimo, o que leva a reflexão na área da educação especial como um pilar de cooperação e colaboração entre professores, gestores, alunos e famílias que compõem o universo das escolas inclusiva. A relevância da compreensão de um conceito mais complexo está relacionada a definição da função exercida pelo professor do AEE. No entanto, ressalta-se que,

O significado das palavras cooperação e colaboração aparecem de maneiras controversas na literatura. Há pesquisadores que acreditam que o termo cooperação é mais abrangente, com distinções hierárquicas de ajuda mútua, ao passo que, na colaboração, existe um objetivo comum entre as pessoas que trabalham em conjunto, sem hierarquia, (CAPELLINI, 2004, p. 83).

O termo coensino deriva das pesquisas relacionadas a prática pedagógica diante do conceito principal de ensino colaborativo, é uma proposta de trabalho, segundo Zerbato (2014) que auxilia na escolarização do estudante público-alvo da Educação Especial (PAEE) por meio da parceria colaborativa entre professor de Educação Especial e professor de ensino comum. Portanto, o coensino baseia-se no conceito de ensino colaborativo aprimorando a proposta inicial experienciado na prática.

A problemática das condições de escolarização dos alunos com TEA incluídos no ensino regular, sobretudo o atendimento em sala de aula, é recente e representa um desafio a toda a comunidade escolar. O atendimento educacional especializado, de acordo com a legislação atual, é ofertado em salas de recurso multifuncional em contraturno e no serviço que atua em sala de aula com a presença de professores intérpretes para alunos surdos e professores para o atendimento à comunicação alternativa (CAA). Para os alunos com TEA a Lei 12.764/12 (BRASIL, 2012) prevê a presença de tutor em caso de necessidade para acompanhar o aluno.

Dessa forma, espera-se que a docência compartilhada aconteça entre os professores especialista e disciplinar, mediante a tomada de decisões, planejamento e aplicação das estratégias de ensino adaptadas e principalmente nas ações pedagógicas direcionadas aos alunos com TEA em situação de inclusão nas classes regulares.

Diante desse cenário questiona-se, o que revelam os estudos brasileiros sobre o co-ensino, ensino colaborativo e docência compartilhada como estratégia prática inclusiva aplicada na reestruturação dos procedimentos de ensino direcionados aos alunos com TEA, onde professores regulares e especialistas compartilham o processo de ensino em sala de aula?

Diante do presente contexto educacional de inclusão do aluno com TEA nas escolas regulares, esta pesquisa teve como objetivo investigar os resultados dos estudos publicados em português sobre a proposta de co-ensino, ensino colaborativo e docência compartilhada entre professores disciplinares e/ou regulares e especialistas no ensino de estudantes com TEA incluídos no ensino fundamental.

A estratégia utilizada para responder a problemática apontada e atingir ao objetivo proposto foi a revisão sistemática integrativa da bibliografia sobre a docência compartilhada e a inclusão dos alunos com TEA no sistema regular de ensino.

## MÉTODO

O presente estudo se caracteriza como uma revisão integrativa de caráter misto sequencial exploratório dos artigos brasileiros publicados entre os anos de 2010 e 2020, a respeito do coensino, ensino colaborativo e docência compartilhada no atendimento aos alunos com TEA, incluídos em classes regulares no Ensino Fundamental. Nesse intuito, foram escolhidos os acervos do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a *Scientific Electronic Library* (SCIELO). Em estudos de revisão dessa natureza a metodologia escolhida permite que sejam mensurados os efeitos das intervenções aplicadas nos artigos selecionados e num segundo momento interpretados os resultados em busca de semelhanças e diferenças entre eles (GALVÃO; RICARTE, 2019).

No processo de levantamento dos estudos sobre a temática escolhida observou-se que várias teses e dissertações encontradas foram publicadas em artigos e também em diferentes plataformas, assim, optou-se por concentrar-se nos artigos publicados nas plataformas CAPES e SCIELO.

Acredita-se que a compreensão das terminologias e suas funções se faz importante na definição das estratégias metodológicas empregadas no processo de inclusão escolar. Ao iniciar o planejamento desse estudo, de forma exploratória observou-se que as pesquisas abordam a temática eleita como prática pedagógica na Educação Especial e Inclusiva utilizando diferentes terminologias, esse fato levou a inclusão dos 3 eixos, coensino, ensino colaborativo e docência compartilhada.

A partir dessas ponderações, para o primeiro eixo foram selecionados os artigos que apresentaram nos títulos, resumos ou palavras-chave, os descritores, Coensino e Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado, Transtorno do Espectro Autista, Autismo. O segundo eixo foi composto pelos artigos identificados a partir dos termos, Ensino Colaborativo e Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado, Transtorno do Espectro Autista, Autismo. No terceiro eixo foram considerados os descritores, Docência Compartilhada e Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado, Transtorno do Espectro Autista, Autismo.

A Tabela 1 mostra os resultados da primeira seleção nas duas plataformas.

Tabela 1 - Artigos selecionados a partir dos descritores nas plataformas CAPES e SCIELO

Descritores	CAPES	SCIELO	Nº
Coensino e Educação Especial	7	2	9
Coensino e Atendimento Educacional Especializado	1	0	1
Coensino e Transtorno do Espectro Autista	0	0	0
Coensino e Autismo	0	0	0
Ensino Colaborativo e Educação Especial	330	13	343
Ensino Colaborativo e Atendimento Educacional Especializado	26	0	26
Ensino Colaborativo e Transtorno do Espectro Autista	3	2	5
Ensino Colaborativo e Autismo	7	2	9
Docência Compartilhada e Educação Especial	74	1	74
Docência Compartilhada e Atendimento Educacional Especializado	8	0	8
Docência Compartilhada e Transtorno do Espectro Autista	3	0	3
Docência Compartilhada e Autismo	1	0	1
<b>Total</b>	<b>460</b>	<b>20</b>	<b>480</b>

Fonte: dados da pesquisa

Assim, a seleção inicial realizada manualmente resultou 480 produções, após a exclusão dos artigos duplicados em ambas as plataformas ficaram 450 estudos. Apesar do número expressivo de pesquisas correlacionadas ao termo colaborativo, encontrado na plataforma CAPES, nem todos se referiam à prática de docência compartilhada ou colaborativa caracterizada pela colaboração pedagógica entre professor especialista e professor disciplinar. Na plataforma SCIELO, o número de pesquisas encontrado foi reduzido, observando-se a mesma questão da abordagem do termo colaboração.

Na sequência, foram lidos todos os títulos e os resumos excluindo-se os trabalhos repetidos nas plataformas e aqueles que explicitamente não se referiam as áreas de conhecimento da educação ou que não se referiam aos alunos público-alvo da Educação Especial (PAEE) matriculados em classes regulares.

Com a leitura flutuante dos resumos, fixou-se como critério de inclusão, a proposição do ensino colaborativo como uma prática colaborativa entre professores especialista e disciplinar, traduzindo-se em uma docência compartilhada. De acordo com esse entendimento, foram excluídas as pesquisas que abordaram o estágio colaborativo relacionado à formação inicial de licenciaturas, utilizando este termo para inserir a prática de observação e participação dos acadêmicos em sala de aula. Esta

categoria de estudos analisa a formação profissional com perfil colaborativo e pode incluir diferentes disciplinas com vistas a formação inicial do professor.

Para caracterizar a docência compartilhada, considerou-se importante a exclusão de trabalhos que focaram as ações de equipes multidisciplinares para tratamento do TEA; que descreveram intervenções pedagógicas onde o professor especialista planejou conteúdo para o aluno do AEE e repassou ao professor disciplinar sem pontuar as formas de participação colaborativa nas atividades de ambos os professores; trabalhos sobre a aprendizagem colaborativa, onde os pares não desempenham papéis colaborativos entre si; disciplinas que trabalham de forma independente, mas que colaboram entre si em um ou outro conteúdo. Ao final desta etapa 150 artigos foram selecionados (tabela 2).

Tabela 2 - Artigos selecionados após leitura dos títulos e resumos das plataformas CAPES e SCIELO

Descritores	CAPES	SCIELO	Nº
Coensino e Educação Especial	7	0	7
Coensino e Atendimento Educacional Especializado	0	0	0
Coensino e Transtorno do Espectro Autista	0	0	0
Coensino e Autismo	0	0	0
Ensino Colaborativo e Educação Especial	82	4	86
Ensino Colaborativo e Atendimento Educacional Especializado	20	0	20
Ensino Colaborativo e Transtorno do Espectro Autista	2	0	2
Ensino Colaborativo e Autismo	1	0	1
Docência Compartilhada e Educação Especial	29	2	31
Docência Compartilhada e Atendimento Educacional Especializado	2	0	2
Docência Compartilhada e Transtorno do Espectro Autista	1	0	1
Docência Compartilhada e Autismo	0	0	0
<b>Total</b>	<b>144</b>	<b>6</b>	<b>150</b>

Fonte: dados da pesquisa

Na sequência, realizou-se a leitura das metodologias dos estudos da amostra sob a perspectiva da análise de conteúdo de Bardin (1977). Para a categorização utilizou-se os seguintes critérios: ter como temática de estudo, a prática pedagógica colaborativa entre professores especialistas em Educação Especial e professores do ensino comum; ações ou discussões voltadas para a docência compartilhada na perspectiva inclusiva; a implementação de ações pertinentes à prática pedagógica inclusiva na forma de coensino ou ensino colaborativo. Além da descrição metodológica, foram consideradas as problemáticas e os objetivos dos estudos, resultando em 40 artigos escolhidos, os quais foram agrupados nas 3 categorias para a análise dos conteúdos na íntegra, (tabela 3).

Tabela 3 – Categorias temáticas

Descritores	CAPES	SCIELO	Nº
Coensino	7	0	7
Ensino Colaborativo	31	1	33
Docência Compartilhada	0	0	0
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>1</b>	<b>40</b>

Fonte: dados da pesquisa.

Os 40 artigos incluídos neste estudo foram lidos na íntegra e analisados a partir do recorte da docência compartilhada, coensino e ensino colaborativo no ensino de alunos com TEA incluídos no ensino regular. Após a leitura completa dos artigos observou-se que vários deles não investigaram diretamente as ações pedagógicas direcionadas ao ensino dos alunos PAEE ou não explicitaram de que forma os professores envolvidos efetuaram trocas que poderiam ser caracterizadas como pertencentes a algum dos três eixos eleitos para esse estudo. Ao final desta etapa foram mantidos 21 artigos que atenderam aos critérios e fizeram parte da análise apresentada a seguir.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observou-se que os artigos relacionados aos alunos com TEA, por vezes, derivam de grupos de pesquisas em áreas distintas à Educação, voltando-se para disciplinas que entre si utilizam o termo colaboração como prática de trabalho colaborativo, porém, sendo direcionados para equipes multidisciplinares na área da saúde. Ressalta-se que as ações desenvolvidas por profissionais de diferentes áreas de forma colaborativa, proporciona ganhos no processo de aprendizagem dos alunos com TEA.

Entretanto, este estudo teve como objeto central as discussões emanadas sobre a docência compartilhada entendida, coensino e ensino colaborativo entendidos como proposta de trabalho favorável ao sucesso de escolarização dos alunos incluídos. Essa forma de ensino compreende a troca de conhecimento entre os professores (comum e especialista) em sala de aula, com o objetivo principal de oferecer aos alunos PAEE, os suportes necessários ao aprendizado de maneira integrativa entre esses professores que atuam no mesmo espaço, (ZERBATO, 2014).

Apesar da variedade de termos utilizados nessa pesquisa, utilizou-se também o termo Docência Compartilhada para referir-se ao modelo de inclusão onde o professor especialista em Educação Especial e o professor disciplinar e/ou regente do ensino regular atuam em um trabalho colaborativo na inclusão do aluno com TEA desde o planejamento até a consolidação do processo de aprendizagem no espaço da sala de aula. Portanto, neste estudo à Docência compartilhada foi associada à prática

pedagógica, envolvendo desde o planejamento até a ações desenvolvidas em sala de aula de forma colaborativa.

Ressalta-se que, todos os artigos localizados sob os demais descritores foram considerados e analisados de acordo com os critérios estabelecidos. A partir de tal reflexão, procedeu-se a leitura e análise dos 21 artigos selecionados na íntegra para conhecer melhor como a temática eleita vem sendo relatada nos artigos publicados no Brasil, na última década. Nesse intuito, emergiram 5 categorias de análise entre os artigos que apresentaram discussões sobre os três eixos delimitados, conforme tabela 4.

Tabela 4 - Áreas de ensino que contaram com a aplicação de práticas pedagógicas de coensino e ensino colaborativos na perspectiva da Docência Compartilhada para alunos PAEE

<b>Categorias</b>	<b>CAPES</b>	<b>SCIELO</b>	<b>Nº</b>
Formação Continuada de Professores	4	2	6
Práticas Pedagógicas em Docência Compartilhada	5	1	7
Estado da Arte	3	0	3
Política Educacional em docência compartilhada	1	1	2
TEA e Docência Compartilhada	4	0	4
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>4</b>	<b>21</b>

Fonte: dados da pesquisa

Assim, foram classificados na categoria 1 os artigos que tiveram por objetivo a discussão da Formação Continuada de Professores na perspectiva da docência compartilhada em Educação Especial. A categoria 2 reuniu os artigos com a preocupação de aprimorar ou apresentar a Prática Pedagógica em docência compartilhada como um serviço do AEE para com a inclusão do aluno público-alvo da Educação Especial. Na categoria 3, foram elencados os artigos que escreveram sobre o Estado da Arte no conjunto da Educação Especial e da Docência Compartilhada. A categoria 4, reuniu os artigos sobre Políticas Educacionais para a docência compartilhada. Por fim, na categoria 5 estão os artigos que relacionaram atendimento educacional especializado e docência compartilhada no ensino dos alunos com TEA incluídos em classes comuns.

Considerando a primeira categoria: formação continuada de professores, os artigos apresentados trouxeram discussões sobre a docência compartilhada, porém, alguns não indicaram claramente essa temática, nos títulos. Em geral, se pautaram na conceitualização da docência compartilhada, analisando ou descrevendo elementos da formação de professores baseados no modelo de prestação de serviços do AEE, na perspectiva da educação inclusiva. Os principais objetivos observados nesse grupo de estudos foram de definir a docência compartilhada desde a formação inicial, os papéis dos professores e a responsabilidade da inclusão dos alunos público-alvo da Educação



Especial a partir de uma construção colaborativa entre educação especial e ensino regular. Apresenta-se na tabela 5 os estudos considerados na primeira categoria.

Tabela 5 – Artigos relacionados a Formação Continuada de professores e trabalho colaborativo

N	Artigo	Autor	Ano
1	Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular	MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; TOYODA, C. Y. T.	2011
2	Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores	VIRALONGA, C. A. R.; MENDES, E. G.	2014
3	Formação de professores e ensino colaborativo: proposta de aproximação	CABRAL, L. S. A.; POSTALL, L. M. M.; ORLANDO, R. M.; GONÇALVES, A. G.	2014
4	O trabalho em colaboração para apoio da inclusão escolar: da teoria à prática docente	VIRALONGA, C. A. R.; MENDES, E. G. M.; ZERBATO, A. P.	2016
5	O ensino colaborativo e a gestão das práticas pedagógicas: avaliando efeitos	KÖNIG, F. R.; BRIDI, F. R. de S.	2019
6	O ensino colaborativo como prática de iniciação à docência em educação especial: anos finais do ensino fundamental	LENHART, G. B.; OLIVEIRA, T. da S.; HONNEF, C.; CASTRO, S. F. de	2020

Fonte: dados da pesquisa

Os artigos reunidos na categoria 2 - Prática Pedagógica desenvolvida no âmbito do ensino colaborativo em Docência, são apresentados na tabela 6. Estes estudos se preocuparam em trazer aos leitores diferentes perspectivas e modelos de práxis pedagógicas associadas ao conceito de ensino colaborativo e docência compartilhada. Nesta categoria, foram incluídos 6 trabalhos cujas metodologias priorizaram ações educativas e reflexões teóricas, alinhadas à perspectiva do ensino colaborativo e da docência compartilhada entre os profissionais especializados (AEE) e do ensino regular.

Tabela 6 – Artigos relacionados a Prática Pedagógica, Ensino Colaborativo, Docência Compartilhada

N	Artigo	Autor	Ano
1	As (re) ações dos professores regentes e o auxiliar pedagógico especializado (APE) na escolarização do estudante com deficiência	FRANCO, L. de L.; NERES, C. C.	2017
2	As interações pedagógicas na perspectiva do ensino colaborativo (coensino): diálogos com o segundo professor de turma em Santa Catarina	BUSS, B.; GIACOMAZZO, G. F.	2019
3	Reflexões iniciais sobre a prática colaborativa e a educação especial	PAZ, A. C. R.; VICTOR, S. L.	2020

4	Trabalho colaborativo entre os professores do ensino regular e Educação especial	CASAL, J. C. V.; FRAGOSO, F. M. R. A.	2019
5	O ensino colaborativo como facilitador da inclusão da criança com deficiência na educação infantil	DAVID, L.; CAPELLINI, V. L. M. F.	2014
6	A Bidocência como uma proposta inclusiva	PINHEIRO, V. C. da S.; MASCARO, C. A. de A. C.	2016

Fonte: dados da pesquisa

Dentre as questões levantadas pelos pesquisadores desta categoria destacam-se, a necessidade de repensar o papel do professor especialista, sinalizando que a proposta de ensino colaborativo chama a atenção para questões relacionadas ao tempo de planejamento conjunto, organização e modificação dos processos de contratação de professores especialistas e de gestão escolar, compromisso dos professores, apoio pedagógico, recursos adaptados, acompanhamento e acima de tudo persistência. (PAZ; VICTOR, 2020). Estes profissionais também destacam a flexibilidade, tolerância, ajuste de expectativas e uma atitude colaborativa entre os professores, como fundamentos da concepção de docência compartilhada. Tais apontamentos corroboram os estudos de Capellini (2004), a respeito das contribuições do ensino colaborativo na inclusão escolar.

Souza e Mendes (2017, p. 290) apontam que, “[...] os estudos qualificados como pesquisas colaborativas em inclusão escolar realizados no Brasil estão procurando cada vez mais contribuir para mudanças efetivas no contexto de ensino de alunos PAEE”. As autoras consideram esse fato uma evolução importante porque mostra o esforço dos pesquisadores irem além das críticas às políticas e práticas, preocupando-se em contribuir de forma efetiva para melhorar esse panorama.

Um dos artigos selecionados traz o termo bidocência, que foi empregado para denominar a estratégia que tem como princípio a parceria entre os professores envolvidos como processo de inclusão. De acordo com Pinheiro e Mascaro (2016, p. 38) “a proposta do trabalho em parceria voltado pra inclusão implica em uma reformulação dos atores envolvidos de modo global”. Segundo as autoras para que isso aconteça as práticas dos professores especialista e do ensino comum precisam ser “reconfiguradas”.

Na categoria 3, os artigos analisados trazem estudos de Estado da Arte ou revisão bibliográfica sobre o a colaboração entre a Educação Especial e o ensino regular nas práticas pedagógicas que promovem a inclusão dos estudantes PAEE, (tabela 7).

Tabela 7 – Artigos relacionados a construção de Estado da Arte e revisão bibliográfica

N	Artigo	Autor	Ano
1	A contribuição das pesquisas nacionais sobre a escolarização de estudantes com deficiência intelectual	MATURANA, A. P. P. M.; MENDES, E. G.	2018
2	Ensino colaborativo na escola: um caminho possível para a inclusão	PINTO, P. de S. e C. N.; FANTACINI, R. A. F.	2018
3	Ensino colaborativo/coensino/bidocência para a educação inclusiva: as apostas da produção científica	CHRISTO, S. V. de; MENDES, G. M. L.	2018

Fonte: dados da pesquisa

Nesta categoria as pesquisas trazem uma visão macro e assíncrona do ensino colaborativo como Docência Compartilhada e do serviço de Atendimento Educacional Especializado na atualidade, considerando as mudanças de contexto histórico das iniciativas de Educação Inclusiva.

Uma das questões mais intrigantes e que torna a inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial mais complexa, se refere a discussão sobre a realidade vivenciada por estes alunos diante dos diferentes programas de escolarização - escola especializada, classe especial e classe comum no com apoio do serviço de AEE. Tais programas implicam em diferentes práticas de suporte, abordagens pedagógicas, pressupostos teóricos, processos de diagnóstico, suporte conceitual e legal. Por vezes as famílias dos alunos atendidos por estes sistemas e até os profissionais envolvidos relatam ter dúvidas sobre a maneira como os sistemas oferecidos nas escolas públicas podem trabalhar em conjunto para potencializar a aprendizagem dos alunos alvo.

Na perspectiva do ensino colaborativo o professor precisa ser, “a) ser tolerante, reflexivo e flexível; b) aceitar a responsabilidade pelo sucesso de todos os alunos; c) manter relações positivas um com o outro; d) ajustar expectativas para o estudante com deficiência em sala comum” (CAPELLINI, 2004, p. 93). Estas e outras atitudes empreendidas no ensino inclusivo podem levar a construção de uma proposta educativa que seja de fato para todos, onde o AEE atue de maneira ativa em conjunto com os demais setores do sistema escolar.

A categoria 4 foi constituída pelos artigos sobre Políticas Educacionais para a docência compartilhada com o propósito de discutir o papel do ensino colaborativo no processo de inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial, (tabela 8).

Tabela 8 – Artigos relacionados as Políticas Educacionais, ensino colaborativo e Educação Inclusiva

N	Artigo	Autor	Ano
1	A política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: a problemática do profissional de apoio à inclusão escolar como um de seus efeitos	BEZERRA, G. F.	2020
2	Educação inclusiva: o ensino colaborativo como facilitador da inclusão de alunos com deficiência física na rede municipal do Rio de Janeiro	ARAÚJO, C. A. G. de; NUNES, L. R. D'O. de P.	2011

Fonte: dados da pesquisa

Estas pesquisas revelam, o emprego de diferentes termos para denominar o profissional que deve acompanhar a aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial. As denominações mais comumente relatadas foram: monitor ou cuidador, auxiliar, outros profissionais, profissional de apoio, acompanhante especializado e profissional de apoio escolar (BEZERRA, 2020).

A denominação está diretamente relacionada a concepção que se tem desse profissional e a definição da sua função, ou seja, no tipo de serviço prestado ao aluno incluído. Neste sentido, atenta-se para a confusão de significados dos termos empregados e as distintas possibilidades de papéis a serem desempenhados no trabalho junto a educação especial e inclusiva. A definição dos papéis no ensino colaborativo se faz necessária para evitar que o processo de ensino destes alunos fique sob a responsabilidade apenas do profissional da educação especial, numa forma de pseudo-inclusão. Essa forma de atendimento poderia oferecer ao aluno PAEE poucas oportunidades de participação efetiva no seu processo de aprendizagem e o trabalho solitário do professor de AEE.

De acordo com os autores investigados nesta categoria, o Estado não pode se eximir de sua obrigação de oferecer o atendimento que os alunos público-alvo da Educação Especial. Conforme Bueno (1999, p. 162, apud ARAÚJO; NUNES, 2011, p. 266-267), na Educação Inclusiva, é preciso que “[...] o professor de ensino regular adquira formação para fazer frente a uma população que possui características peculiares, por outro exige que o professor de educação especial amplie suas perspectivas, tradicionalmente centradas nessas características.”

A categoria 5 foi constituída pelos estudos pela busca sobre o Transtorno do Espectro Autista e o ensino colaborativo resultando em quatro pesquisas. Este resultado trouxe indícios de que a temática ainda é pouco estudada no Brasil.

Conforme Guareschi, Alves e Naujorks (2016), atualmente a pessoa com TEA é considerada pessoa com deficiência, o que não era afirmado nos textos dos documentos anteriores à Lei 12.764/12 (BRASIL, 2012). Essa condição garantiu aos alunos com a síndrome a possibilidade de Atendimento Educacional Especializado,

que abarca várias estratégias dentre as quais a presença em sala de aula o poio do professor especialista.

No entanto, os estudos que investigam as ações estratégicas desenvolvidas por estes profissionais em colaboração aos professores disciplinares ou regentes das turmas, são recentes e escassos na produção brasileira.

Os estudos elencados nesta categoria apontaram, de forma evidente o distanciamento entre os professores do ensino regular e da Educação Especial e destacaram a falta de diálogo sobre a necessidade de um trabalho educativo, onde as responsabilidades em relação a todos os estudantes de sala de aula sejam compartilhadas pela equipe. Também ressaltaram a importância da participação colaborativa em todas as fases da inclusão escolar, desde o planejamento, intervenções pedagógicas, monitorias, avaliações e replanejamento, processos avaliativos, enfim, tudo pode ser compartilhado por professores com habilidades diferentes, conforme tabela 9.

Tabela 9 – Transtorno do Espectro Autista e ensino colaborativo

N	Artigo	Autor	Ano
1	Práticas pedagógicas colaborativas na alfabetização do aluno com Transtorno do Espectro Autista	CAPELLINI, V. L. M. F.; SHIBUKAWA, P. H. S.; RINALDO, S. C. de O.	2016
2	Ensino colaborativo e a inclusão do aluno com autismo na Educação infantil	RABELO, L. C. C.; SANTOS, R. T.	2011
3	Ensino colaborativo para aumento de repertório adequado de crianças com autismo em sala de aula	PEREIRA, A. C. dos S.	2017
4	Consultoria colaborativa e a inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA): relato de experiência	TEIXERIA, A. M. de O.; PAIVA, M. A. F. de; DIAS, S. A.; SANTOS, A. R. dos.	2018

Fonte: dados da pesquisa

Os artigos encontrados se referem às práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito do ensino colaborativo e da docência compartilhadas para o atendimento aos alunos com TEA nos anos iniciais do ensino fundamental. No entanto, revelaram uma lacuna importante nos estudos direcionados aos anos finais, no ensino médio e superior.

No geral, os autores concordam que a inclusão escolar dos alunos público-alvo da educação especial é um desafio para o sistema educacional. Neste sentido, ressalta-se a necessidade de proposição de políticas públicas de educação inclusiva e investimentos em construção do conhecimento técnico e prático para o serviço de AEE.

Todos os artigos apresentados aqui indicam uma forte relação entre, co-ensino, docência compartilhada e ensino colaborativo, as políticas educacionais inclusivas

e práticas pedagógicas eficientes. E oferecem fortes indícios de que essas áreas têm impacto positivo na construção da educação inclusiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os termos colaborativo e cooperativo são utilizados constantemente em diferentes áreas de estudo para expressar a atitude em compartilhar ações. Na educação tais ações são descritas com emprego de termos como co-ensino, ensino colaborativo, docência compartilhada e bidocência, para descrever ações desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado, no âmbito da Educação Inclusiva.

Durante a presente revisão sistemática, foram investigados os artigos desenvolvidos no Brasil sobre a proposta de co-ensino, ensino colaborativo e docência compartilhada entre professores do ensino regular e especialistas em Educação Especial no ensino aos estudantes com TEA incluídos no ensino fundamental.

A partir da leitura dos artigos selecionados buscou-se localizar os estudos que adotaram os termos colaborativo e cooperativo na perspectiva da docência compartilhada onde os professores do ensino regular e especial realizassem trocas efetivas de informação e conhecimento num esforço coletivo para planejar e aplicar atividades adaptadas que atendam às necessidades dos alunos PAEE. Neste sentido, os autores consultados concordam que a docência compartilhada, pautada nas ações de colaboração entre professores e alunos é uma estratégia promissora para a educação inclusiva.

Para promover a docência compartilhada e colaborativa é necessário repensar as situações cotidianas que se apresentam dentro e fora da sala de aula, considerando a necessidade de oferta de suporte pedagógico, adaptações dos planos de ensino, currículos abertos e flexíveis, formação docente e definição das ações pedagógicas inclusivas.

Os principais temas encontrados nos artigos selecionados para este estudo se relacionam às áreas de formação continuada de professores, práticas pedagógicas e políticas educacionais em ensino colaborativo e docência compartilhada, revisões bibliográficas e ensino colaborativo no ensino de alunos com TEA.

Em geral, estes estudos concordam que as interações estabelecidas na Docência Compartilhada entre professores especialistas e professores disciplinares no ensino comum, na prática, favorecem a aprendizagem dos alunos incluídos. Esclarecendo que o papel fundamental deste modelo de docência, é de favorecer a cooperação mútua, a de troca de ideias, a valorização tanto do profissional especialista, onde não é mais um apoio, um auxiliar, quanto do professor disciplinar, motivar os alunos a participarem do seu próprio processo de aprendizagem e promover a educação inclusiva para todos.

Os resultados das pesquisas apontam que essa proposta considera a importância das relações, oferece a mudança de paradigmas para uma prática inclusiva, reelabora a prática pessoal e profissional, desenvolve novas competências conceituais, reorganiza os papéis de todos os envolvidos no processo.

Entretanto, o número de pesquisas sobre esta temática ainda é pouco numeroso no Brasil e resultados estão relacionados aos alunos PAEE incluídos nos anos iniciais do ensino fundamental. Outro aspecto que merece destaque é que apesar dos estudos selecionados mostrarem como a docência compartilhada se estabelece no âmbito da escola e o que os profissionais envolvidos nas práticas pedagógicas realizam de em conjunto nas situações compartilhadas de ensino, não fica claro a maneira como esses profissionais compartilham tais ações em sala de aula, demonstrando a necessidade de ampliação dos estudos futuros que abordem especificamente como os professores compartilham as ações de ensino na classe inclusiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, C. A. G.; NUNES, L. R. P. Educação inclusiva: O ensino colaborativo como facilitador da inclusão de alunos com deficiência física na rede municipal do Rio de Janeiro. In: VII encontro da associação brasileira de pesquisadores em educação especial, 2011, Londrina, *Anais Eletrônicos*, p. 264-274. Disponível em: [http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/processo\\_inclusivo/025-2011.pdf](http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/processo_inclusivo/025-2011.pdf). Acesso em agosto de 2019.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA (APA). *Manual Diagnóstico e estatístico de transtornos mentais-DSM V*. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Edições 70, 4ª ed., Lisboa, 2010.

BEZERRA, G. F. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a Problemática do Profissional de Apoio à Inclusão Escolar como um de seus Efeitos. Relato de Pesquisa. *Revista Brasileira Educação Especial*. v. 26. 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbee/a/B8T8rMXW8BzMJnNq5JBsXqK/?lang=pt>. Acesso em dezembro de 2020.

BRASIL, Lei nº 12.764/2012. Política Nacional dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Brasília, DF, 2012

BUSS, B.; GIACOMAZZO, G. F. As Interações Pedagógicas na Perspectiva do Ensino Colaborativo (Coensino): Diálogos com o Segundo Professor de Turma em Santa Catarina. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 25, n. 4, p. 655-674, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-65382519000400008>. Acesso em fevereiro de 2020.

CABRAL, L. S. A.; POSTALLI, L. M. M.; ORLANDO, R. M.; GONÇALVES, A. G. Formação de professores e ensino colaborativo: proposta de aproximação. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 9, n. 2, p. 390-401, 2014. DOI: 10.21723/riae.v9i2.7043. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7043>. Acesso em 15 maio 2019.

CAPELLINI, V. L. M. F. *A avaliação das possibilidades do ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental*. TESE. (Doutorado em Educação Especial). Universidade de São Carlos. São Paulo. 2004. Disponível em <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2921/TeseVLMFC.pdf?sequence> Acesso em 13 de setembro de 2019.

\_\_\_\_\_, V. L. M. F.; SHIBUKAWA, P. H. S.; DE OLIVEIRA RINALDO, S. C. Práticas pedagógicas colaborativas na alfabetização do aluno com transtorno do espectro autista. *Colloquium Humanarum*. v. 13, n. 2, p. 87–94, 2016. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/1309>. Acesso em agosto de 2019.

CASAL, J. C. V.; FRAGOSO, F. M. R. A. Trabalho colaborativo entre os professores do ensino regular e da educação especial. *Revista Educação Especial*, v. 32, p.1–16, 2019. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/26898>. Acesso em novembro de 2019.

CHRISTO, S. V.; MENDES, G. M. L. Ensino colaborativo/coensino/bidocência para a educação inclusiva: as apostas da produção científica. *Revista de Estudo e Pesquisa em Educação Instrumento*. v. 21, n. 1, 2019. Disponível em <https://periodicos.ujf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/19079>. Acesso em novembro de 2019.

DAVID, L.; CAPELLINI V. L. M. F. O ensino colaborativo como facilitador da Inclusão da criança com deficiência na educação Infantil. *Revista Nuances: Estudos sobre Educação*. v. 02, n. 2, 2014. Disponível em <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2714>. Acesso em maio de 2019.

FRANCO, L. L.; NERES, C. C. As (re) ações dos professores regentes e o auxiliar pedagógico especializado (APE) na escolarização do estudante com deficiência. *Revista Periferia, Educação Especial e Inclusiva*, v. 9, n. 1, jan. /jun. 2017. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/28992> Acesso em setembro de 2019.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. *LOGEION: Filosofia da informação*. V. 6 n°. 1, p.57-73, set.2019/fev. 2020, Rio de Janeiro. Disponível em <https://revista.ibict.br/finf/article/view/4835>. Acesso em outubro de 2022.

GUARESCHI, T.; ALVES, M. D.; NAUJORKS, M. I. Políticas públicas e educação especial: uma análise sobre o autismo. *Atos de Pesquisa em Educação*. v. 11, n. 2, p.374-395. 2016. Disponível em <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/4903>. Acesso em agosto de 2019.

KÖNIG, F. R. BRIDI, SOUZA, F. R. O ensino colaborativo e a gestão das práticas pedagógicas: avaliando efeitos. *Revista Eletrônica de Educação*. v.13, n. 1, 2019. Disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/2695/0> Acesso em 18 junho 2019

LENHART, G. B.; OLIVEIRA, T. S.; HONNEF, C. CASTRO, S. F. O Ensino Colaborativo Como Prática De Iniciação À Docência Em Educação Especial: Anos Finais Do Ensino Fundamental. *Revista Brasileira de Desenvolvimento*, v. 6, n. 3, março. 2020. Disponível em <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/7308/6346>. Acesso em 23 de abril de 2020

MATURANA, A. P. P. M.; MENDES, E. G. A contribuição das pesquisas nacionais sobre a escolarização de estudantes com deficiência intelectual. *Revista eletrônica de ciências, Veredas*. v.11. n. 1, 2018. Disponível em <http://blog.devrybrasil.edu.br/ojs/index.php/veredas1/article/view/599/pdf>. Acesso em agosto de 2019.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. R. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. *Rev. Bras. Estud. Pedagógicos (online)*, Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, jan./abr. 2014.

\_\_\_\_\_, E. G.; ALMEIDA, M.; TOYODA C. Y. Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 41, p. 81-93, jul./set. Editora UFPR, 2011.



ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados a Saúde (CID-10)*. São Paulo, EDUSP: 1988.

PEREIRA, A. C. S.. *Ensino colaborativo para aumento de repertório adequado de Crianças com autismo em sala de aula*. DISSERTAÇÃO. (Mestrado em Educação Especial). Universidade de São Carlos. São Paulo. 2017. Disponível em [https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9726?show=full#:~:text=Considerando%20a%20import%C3%A2ncia%20do%20ensino,PAEE\)%20e%20o%20potencial%20do](https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9726?show=full#:~:text=Considerando%20a%20import%C3%A2ncia%20do%20ensino,PAEE)%20e%20o%20potencial%20do). Acesso em outubro de 2019.

PINHEIRO, V. C.; MASCARO, C. A. A Bidocência como uma proposta inclusiva. *Revista de Pesquisa em Necessidades Educacionais Especiais*. v. 1, n. 1, p.37–40, 2016. Disponível em <https://nasenjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1471-3802.12123>. Acesso em agosto de 2019.

PINTO, P.; FANTACINI, R. Ensino colaborativo na escola: um caminho possível para a inclusão. *Research, Society and Development*. v.7. 2018. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/327938857\\_Ensino\\_colaborativo\\_na\\_escola\\_um\\_caminho\\_possivel\\_para\\_a\\_inclusao](https://www.researchgate.net/publication/327938857_Ensino_colaborativo_na_escola_um_caminho_possivel_para_a_inclusao). Acesso em setembro de 2019.

RABELO, L. C. C.; SANTOS, R. T. Ensino colaborativo e a inclusão do aluno com autismo na Educação infantil. VII encontro da associação brasileira de pesquisadores em educação especial. *Anais eletrônicos*, p. 1915-1924, 2011.

RODRIGUEZ PAZ, A. C. R.; LOPES VICTOR, S. Reflexões iniciais sobre a prática colaborativa e a educação especial. *Revista Educação em Questão*, v. 58, n°. 55, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/18936>. Acesso em maio 2020.

SOUZA, C. T. R. de; MENDES, E. G. Revisão sistemática das pesquisas colaborativas em educação especial na perspectiva da inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 23 (02) abr-jun, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/sxPMLY5ZBTgWMJVfkdsGQdP/abstract/?lang=pt>. Acesso em 12 de junho de 2022.

TEIXEIRA, A. M. de O. et al. Consultoria Colaborativa e a Inclusão Escolar de Alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) - relato de experiência. In: Anais do 8º congresso Brasileiro de Educação Especial, São Carlos. 2018. *Anais eletrônicos*. Campinas, Galoá, 2018. Disponível em <https://proceedings.science/cbee/cbee-2018/papers/consultoria-colaborativa-e-a-inclusao-escolar-de-alunos-com-transtorno-do-espectro-autista--tea---relato-de-experiencia>. Acesso em 15 junho 2020.

VILARONGA, C. A. R.; MENDES, E. G.; ZERBATO, A. P. O trabalho em colaboração para apoio da inclusão escolar: da teoria à prática docente. *Interfaces da Educação*, v. 7, n. 19, p. 66-87, 2016. Disponível em <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/1029>. Acesso em: 18 junho 2019.

\_\_\_\_\_, C. A. R. *Colaboração da Educação Especial em sala de aula: Formação nas práticas pedagógicas do coensino*. TESE (Doutorado em Educação Especial). Universidade de São Carlos. São Paulo. 2014. Disponível em <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2934/6410.pdf?sequence=1> Acesso em 23 de setembro de 2019.

\_\_\_\_\_, C. A., R.; MENDES, E. G. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. v. 95, n. 239, p. 139-151, jan. /abr. 2014.

ZANATA, E. M. ZANATA, E. M. *Formação continuada para professores de classe comum sobre adaptação curricular para surdos*. TESE (Doutorado em Educação Especial). Universidade de São Carlos. São Paulo. 2004. Disponível em <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2922/TeseEMZ.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 21 de setembro de 2019.

ZERBATO, A. P. *O papel do professor de educação especial na proposta do coensino*. Dissertação. (Mestrado em Educação Especial). Universidade de São Carlos. São Paulo. 2014. Disponível em <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3163> Acesso em 13 de setembro de 2019.

Submetido em: 13/06/22

Aceito em: 10/10/22

Publicado em: